

Os ciclos de desenvolvimento do cooperativismo agropecuário e o crédito rural no Sudoeste do Paraná

Marlon Clóvis Medeiros*
Wilian Padilha***

Resumo

Da segunda metade do século XX até os dias atuais, o cooperativismo agropecuário apresentou três ciclos distintos. Houve a fase de crescimento nas décadas de 1960 e 1970, a crise nas décadas de 1980 e 1990, e o período de recuperação e expansão após os anos 2000. Esses movimentos estão relacionados ao contexto econômico nacional, das fases de crise e crescimento dos ciclos internos de desenvolvimento da economia, cujo principal elo com o setor é o crédito. Assim, o auge do Sistema Nacional de Crédito Rural, na década de setenta, representa também o auge do cooperativismo brasileiro, e a conseqüente crise do sistema, nas décadas de oitenta e noventa, afeta seriamente o setor. Recentemente, o setor começa apresentar um novo crescimento, fruto da reaproximação das políticas do Estado com as cooperativas, principalmente, políticas de financiamento.

Palavras-chave: Cooperativas agrícolas; Crédito rural; Financiamento; Ciclos de crescimento e crise; Sudoeste do Paraná.

* Professor da Unioeste- Campus de Francisco Beltrão. Doutor em Geografia Humana pela FFLCH/USP.

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste- Campus de Francisco Beltrão.

Abstract

From the second half of the twentieth century to the present day, the agribusiness cooperatives presented three distinct cycles. There was a growth phase in the 1960s and 1970s, the crisis in the 1980s and 1990s, and the period of recovery and expansion after the 2000s. Such movements are related to national economic context, the phases of crisis and internal cycles of growth development of the economy, whose main link with the sector is credit. The highest level of the National Rural Credit System, in the seventies, also represents the pinnacle of Brazilian cooperatives, and the consequent crisis of the system, in the eighties and nineties, seriously affects the industry. Recently, the industry begins presenting new growth, with the rapprochement of state policies with cooperatives, mainly financing policies.

Key words: Agribusiness cooperatives; Rural credit; Financing; growth and crisis cycles; Southwestern Paraná.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo central, discutir como o novo ciclo de crescimento do cooperativismo agropecuário, que se inicia nos anos 2000, tem influencia na dinâmica das cooperativas do Sudoeste paranaense. A partir disso, faremos uma análise sobre o desenvolvimento de algumas instituições na mesorregião, e suas relações com o crédito.

Ao analisar a evolução do cooperativismo agropecuário no Brasil, podemos identificar um elemento central na dinâmica desse setor, o crédito. Essa dinâmica compreende um desenvolvimento em forma de ciclos, ora com períodos de crescimento, ora de crise. Os ciclos do setor cooperativo relacionam-se aos ciclos médios

brasileiros, ou seja, às flutuações na taxa de crescimento, nos investimentos e nos estímulos estatais ao crédito.

Assim, faremos uma análise das fases do desenvolvimento do cooperativismo no Brasil a partir da segunda metade do século XX, abrangendo as características de cada momento. Para tanto, discutiremos a evolução do crédito nos últimos anos, a regionalização do crédito agrícola, as exportações do cooperativismo agropecuário, e etc.

Ciclos de desenvolvimento, crédito, e auge do cooperativismo

De acordo com Alves (2003), desde o início do século XX, quando há o surgimento do cooperativismo agropecuário no Brasil, este passou por diferentes momentos, com períodos de recessão e crescimento, estabelecendo um desenvolvimento em forma de ciclos. O último ciclo se inicia a partir dos anos 2000, quando o setor entra em um período de crescimento.

Na segunda metade do século XX, podemos identificar mais duas fases de desenvolvimento das cooperativas. Há o período das décadas de 1960 e 1970, que se caracteriza pelo crescimento, auxiliado por políticas estatais de modernização da agricultura, como a política de crédito subsidiado. Para alguns autores, como Alves (2003), Gonçalves (1994), Gonçalves e Vegro (1994) e outros, este período representou o auge para as cooperativas. É neste momento que os recursos chegam ao máximo de 140 bilhões de reais em 1979. O acumulado da década é de cerca de R\$ 875 bilhões (Anuário Estatístico do Crédito Rural, BCB).

Nesta época de crescimento do setor, Delgado (1985), apontava para a tendência das cooperativas agropecuárias se tornarem grandes empresas, ligadas não somente a comercialização de produtos, mas passando por processo de agroindustrialização e diversificação de atividades. Com isto ocorreria certo controle do mercado por essas instituições. Contudo, há inversão neste panorama nas décadas de 1980 e 1990, com o período de recessão, relacionada a crise econômica e política do país.

Na dinâmica de desenvolvimento do setor, um elemento fundamental foi o crédito. Nas décadas de 1960/70, a grande disponibilidade de crédito possibilitou às cooperativas período de investimento e crescimento. Já as décadas seguintes, até 2000, compreendem a crise no setor, momento no qual os recursos de crédito atingem os menores valores.

Crise e reorganização do setor

A partir da segunda metade da década de 1980 se inicia a fase “b” dos ciclos médios da economia brasileira, que coincide com a fase “b” do ciclo da economia mundial, o que faz desse momento um período de forte crise para o Brasil. Nessa condição, os valores do crédito rural oficial passam a cair drasticamente.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu redução das políticas voltadas à agropecuária. Não somente o crédito rural entrou em crise, outras políticas desenvolvidas até então foram reduzidas ou extintas, como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), os programas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF). Todo esse contexto contribuiu para instaurar a crise para cooperativas agropecuárias. Com as dificuldades para obtenção de recursos, e o distanciamento das políticas de incentivos, há uma reorganização no setor cooperativo, pautada na busca por novas fontes de crédito.

Com o fim da política do crédito oficial, as cooperativas irão desenvolver outras formas de obtenção de capital, surgindo diferentes mecanismos de financiamento para atender as demandas existentes. Isso levou a uma série de atitudes por parte das cooperativas agropecuárias, como buscar recursos junto ao mercado financeiro, tanto para si, como para seus cooperados. Destacam-se o financiamento via títulos privados, certificados de mercadorias negociados em bolsas de mercadorias, e a troca de produtos por insumos (BELIK e PAULILLO, 2001).

Com relação a troca de produtos por insumos, nessa operação há a venda dos insumos (fertilizantes, sementes,

herbicidas, etc.), contra o equivalente em produtos agrícolas, que seriam entregues futuramente pelo cooperado, chamados de contratos de “soja verde”, ou de “venda antecipada” (Belik e Paulillo, 2001). A CPR (Cédula do Produtor Rural), criada em 1994, é também um dos principais mecanismos para captação de capital no mercado financeiro, trazendo novas possibilidades para os produtores, cooperativas, e agroindústrias, de alavancar os volumes de recursos para financiamento.

Assim, de acordo com Gimenes et al (2008), as cooperativas agropecuárias passaram a atuar nesse momento como bancos, fornecendo recursos para os produtores rurais que não conseguiam captá-los no mercado financeiro. No entanto, a busca por recursos junto a terceiros, traz para o cooperativismo riscos crescentes, pondo em perigo a integridade financeira destas instituições, caso houvesse inadimplência dos produtores.

Com a estagnação da economia, na década de 1990, e as mudanças macroeconômicas, como o rebaixamento dos preços agrícolas, e a sobrevalorização da moeda, houve aumento do endividamento das cooperativas. Por um lado, as dívidas agrícolas foram corrigidas, mas por outro, os preços dos produtos agrícolas ficaram congelados (FILHO e PINHEIRO, 2008).

Com a elevação da inadimplência dos produtores associados, as cooperativas começam a assumir as dívidas, o que leva muitas organizações a falência durante esse período. Além disso, pequenas e médias cooperativas eram obrigadas a fundir-se com outras instituições, assim como houve a incorporação por parte de cooperativas maiores de outras empresas que estavam em dificuldades nesse momento.

Neste contexto, cresce a pressão por parte do setor agropecuário sobre o governo. Assim, para que possamos compreender o posterior momento que o cooperativismo, após os anos 2000, é fundamental analisar como ocorre a reaproximação entre essas instituições e o Estado.

Reaproximação entre cooperativismo e Estado

A elevação das dívidas das cooperativas durante o período de crise gerou pressão sobre o governo para que fosse tomada alguma medida que buscasse dar fôlego para essas instituições, caso contrário, a situação dessas empresas pioraria, e muitas mais chegariam à falência. Assim, em 1998 é criado o Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), que de acordo com Alves (2003), contemplou, entre outras medidas, a abertura de linha especial de crédito destinada a reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária.

Essa política basicamente buscou restabelecer o equilíbrio financeiro das cooperativas, e forçar a profissionalização da sua administração. Apesar de possuir alguns problemas na sua execução, como a estagnação dos recursos nos bancos, e a pequena abrangência do programa, com apenas 172 cooperativas contempladas, segundo o Banco Brasil (2004), o Recoop foi importante para garantir a segurança financeira de muitas cooperativas que estavam comprometidas com altas dívidas, e marca a reaproximação entre o setor e o governo. De acordo com dados do STN, entre 1998 e 2003, período de vigência desta política, foram desembolsados cerca de R\$ 1,25 bilhões.

Com o início do governo Lula em 2003, o panorama político muda, e a aproximação iniciada em 1998, se intensifica com a nova administração. Prosseguindo com a política de incentivos às cooperativas, em 2003 é lançado o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP). Este programa tinha o objetivo de incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização (ALVES, 2003). Incentivos para a construção de silos de armazenagem, estruturas de recebimento de grãos, agroindustrialização, entre outros, entram na pauta dessa nova política.

Entre 2003 e 2011 foram aplicados via PRODECOOP cerca de R\$ 5,1 bilhões, em 3.072 operações. Recursos programados e

aplicados. A aplicação dos recursos foi aumentando ao longo dos anos. Até 2006/07, havia pouca expressividade. Contudo, após esses anos os valores começam a aumentar, chegando ao máximo de R\$ 1,6 bilhão em 2009/10. É importante observar que em 2008/09, quando há a queda na taxa de juros do programa de 8,75% para 6,75%, a aplicação dos recursos aumenta consideravelmente, de R\$ 572 milhões para R\$ 939 milhões, crescimento de 64%. Em 2010/11 há um decréscimo nos recursos para R\$ 1,04 bilhão, devido a expansão de outro programa de investimentos no setor, o PROCAP-AGRO, criado na safra 2009/10. O principal objetivo desta política é o financiamento do Capital de Giro. Em pouco tempo de vigência, o PRACAP-AGRO já disponibilizou cerca de R\$ 5,6 bilhões (julho de 2009 até junho de 2012), demonstrando a importância do programa para as cooperativas (MAPA)¹.

Além do aumento dos recursos destinados exclusivamente para as empresas cooperativas, os valores do crédito rural que estavam em decadência, começam a recuperar-se, o que gera certo impacto ao setor.

Por exemplo, em comparação com a década de 1990, os recursos disponibilizados para o crédito agrícola são muito superiores, de acordo com o Anuário Estatístico do Crédito Rural, os valores para crédito em 2010 chegaram a R\$ 82 bilhões, sendo que durante os anos de 1990, o máximo atingido foi de R\$ 52 bilhões em 1994, e a média da década de 1990 foi de 32 bilhões, enquanto que de 2000 a 2010 foi de 61 bilhões de reais². Isso possibilita que o papel que as cooperativas vinham desempenhando, de buscar recursos no mercado para os associados não é mais necessário, livrando-se dos riscos que existem nessa atividade. No mesmo período de criação do PRODECOOP, ocorre a retomada do Crédito Rural e a ampliação do financiamento agropecuário-agroindustrial pelo BNDES.

¹ Dados do MAPA – **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**

² Valore corrigidos pelo IGP-DI.

Outro programa que evoluiu e tem seus impactos para as cooperativas é o PRONAF. Em 1999 os valores aplicados foram de R\$ 1,7 bilhão, e em 2010 esse valor chegou R\$ 11,9 bilhões (Anuário Estatístico do Crédito Rural, BCB). Como grande parte dos associados em cooperativas é de pequenos agricultores, o aumento nos recursos do PRONAF beneficia o desenvolvimento do setor cooperativo. Além do custeio, o programa disponibiliza recursos para investimentos, e financiamento da integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados em cooperativas de produção (MCR, Banco do Brasil, 2012).

O crescimento dos recursos de financiamento agropecuário, junto ao novo contexto econômico do país, com a retomada de investimentos em infra-estrutura, incentivos à exportação, e melhora nos preços dos produtos, são responsáveis por uma nova fase do cooperativismo no pós-2000. A tabela 1 demonstra a evolução recente do crédito para produtores e cooperativas.

Tabela 1: Evolução do Crédito Rural para produtores e cooperativas

Produtores e Cooperativas		Cooperativas	
Ano	R\$ Bilhões*	R\$ Bilhões*	% do crédito total
2000	31,3	1,3	4,15%
2001	37,0	1,7	4,59%
2002	40,8	2,3	5,63%
2003	46,0	3,2	6,95%
2004	54,7	4,2	7,67%
2005	53,6	4,2	7,83%
2006	54,9	4,4	8,01%
2007	61,1	7,0	11,45%
2008	71,1	9,9	13,92%
2009	79,3	9,8	12,35%
2010	82,0	11,3	13,78%

* Valores constantes em reais – IGP-DI – Índice médio anual.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

É importante salientar que os recursos destinados as cooperativas expressos na tabela são referentes ao crédito rural para o exercício e desenvolvimento de suas atividades estatutárias e para consolidar sua estrutura patrimonial. Segundo o MCR, o crédito repassado às cooperativas pode destinar-se ao custeio, investimento ou comercialização, tanto em atividades próprias da empresa, como dos cooperados. Ou seja, os dados acima não englobam os valores aplicados pelo RECOOP, PRODECOOP, e PROCAP-AGRO.

No início dos anos 2000, o valor do crédito para as cooperativas era muito baixo, cerca de 1,3 bilhões de reais, assim como o total de recursos para o Crédito Agrícola, que eram de apenas 31,3 bilhões. Porém, ao longo dos anos esses valores vão aumentando, chegando em 2005 a 4,2 bilhões, e em 2010 a 11,3 bilhões. Nessa tabela podemos visualizar o crescimento dos valores do crédito durante o início do século, e que repercutem no desempenho do setor.

A tomada de crédito pelas cooperativas, em percentual do total, cresceu significativamente. Em 2000, apenas 4,1% do crédito era destinado as cooperativas, já em 2010 este valor foi 13,8%.

Além da melhora na evolução das políticas de financiamento agrícola e para as cooperativas, outros elementos foram importantes neste novo período de crescimento do setor, como a isenção de determinados impostos dessas empresas, e incentivos à exportação. Segundo Filho e Pinheiro (2008), ainda em 2003, através da Instrução Normativa nº358, editada pelo Governo Federal, foi eliminada a cobrança do PIS/Cofins para as cooperativas agropecuárias e de infra-estrutura.

Assim, podemos dizer que uma nova fase de ascensão para o cooperativismo começa somente no início dos anos 2000, mais precisamente a partir de 2003/04, devido aos recursos de investimentos para o setor. A expansão das exportações agrícolas foi um outro fator que favoreceu as cooperativas, a partir de 2003/2004, passando de aproximadamente US\$ 1 bilhão, para US\$ 4,4 bilhões em 2010. Entre 1990 e 2002 foram exportados pelas

cooperativas cerca de US\$ 10,8 bilhões, e entre 2003 e 2011 as exportações somaram US\$ 29,9 bilhões³. Exceto a pequena queda em 2009, desde 2003 as exportações do cooperativismo agropecuário são crescentes.

A dinâmica regional do crédito e cooperativas

A retomada dos recursos para o crédito rural faz surgir uma nova dinâmica regional da distribuição dos recursos. Porém, com relação ao padrão existente durante a crise, caracterizado pela escassez dos recursos, a distribuição percentual entre as regiões pouco mudou. Na tabela 2 podemos visualizar a distribuição do crédito durante o período 2000-2010. Podemos perceber que apesar dos recursos para crédito terem aumentado, a concentração entre as regiões brasileiras permanece como anteriormente.

Tabela 2: Financiamentos concedidos a Produtores e Cooperativas em 2000-2010 (% do total)

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2000	5	6	31	41	18
2001	4	6	30	41	20
2002	3	6	29	42	20
2003	4	6	26	42	21
2004	4	7	25	41	22
2005	4	9	28	38	21
2006	4	10	34	36	16
2007	3	9	36	36	15
2008	3	8	33	40	15
2009	3	8	35	39	15
2010	3	8	33	39	17

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

³ Dados MDIC/Secex.

A região Norte reduz sua participação, chegando a 3% em 2010. O Sul é o principal tomador de crédito, variando de 36% a 42% sua participação. O Sudeste variou de 25% e 36%, enquanto o Centro-Oeste chegou ao máximo de 22% em 2004, e a partir de então, tem caído sua participação, chegando ao mínimo de 15% entre os anos de 2007 e 2009. O Nordeste começa os anos 2000 com 6%, tem um crescimento que alcança 10% em 2006, e depois se estabiliza em 8%.

Ao comparar o crescimento percentual dos valores de cada uma das regiões, vemos que o Nordeste entre 2000 e 2010 teve um crescimento superior a 800%, e o Centro-Oeste 577%. As principais regiões tomadoras de crédito tiveram elevação entre esses anos de 566% no Sul, e 643% no Sudeste. O Norte teve um crescimento de 356%, o menor percentual entre todas as regiões.

Com relação aos recursos destinados ao cooperativismo agropecuário, a diferença é mais acentuada entre as regiões. A tabela 3 apresenta a distribuição do crédito total e o crédito para cooperativas, entre as regiões do país no ano de 2010.

Tabela 3: Financiamentos concedidos a Produtores e Cooperativas em 2100

Produtores e Cooperativas			Somente Cooperativas	
Região	Valor*	Porcentagem	Valor*	Porcentagem
Norte	2,5	3,14%	0,05	0,44%
Nordeste	6,7	8,28%	0,18	1,59%
Centro-Oeste	13,9	17,02%	0,50	4,42%
Sudeste	27,1	33,02%	5,19	45,88%
Sul	31,6	38,54%	5,38	47,56%
Total	82,0	100%	11,31	100%

* Valores constantes em R\$ bilhões corrigidos pelo IGP-DI – Índice médio anual.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Do total de 82 bilhões de reais destinados ao crédito rural em 2010, cerca de 39% é para o Sul, seguida pelo Sudeste com 33%

do valor total. Para as cooperativas a concentração é superior, onde o Sul detém 47,5%, enquanto o Sudeste detém 45,8%. Juntas, essas regiões concentram 93,44%, ou seja, 10,56 bilhões de reais. Nas duas regiões o cooperativismo tem importante parcela de participação no total de crédito. No Sudeste, o cooperativismo responde por 18%, e no Sul, representam 17%.

Dentre os Estados destaca-se o Paraná. Em 2000, este representava 30,7% do total dos recursos disponibilizados às cooperativas, em 2001 era 35%, atingindo o máximo em 2004, quando representa 38%, e o mínimo em 2010, quando representa 25,6%. Do total dos recursos destinados ao Paraná, em torno de 30% é tomado pelas cooperativas agropecuárias.

Com relação aos programas de investimento destinados às cooperativas agropecuárias, PRODECOOP e PROCAP-AGRO, os recursos estão ainda mais concentrados, sendo o Sul o principal tomador, com 69,4% do total de recursos acumulados no período 2003-2011. Em seguida o Sudeste concentra 24,7%.

Os estados que mais se destacam são: Paraná (42%), Rio Grande do Sul (13,4%), Santa Catarina (13,2%), São Paulo (12,3%), Minas Gerais (6,7%), Espírito Santo (4,8%) e Goiás (2,6%). Esses estados somam juntos 96% dos recursos totais aplicados nas políticas de investimento do cooperativismo.

O reflexo dos ciclos no Sudoeste do Paraná

No Sudoeste do Paraná, a participação do cooperativismo agrícola é muito expressiva, sendo poucas as cidades que não possuem estas associações, e em alguns casos, as cooperativas são as empresas mais importantes, as maiores empregadoras, e as principais geradoras de receitas no município. Um exemplo é a COASUL (Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda.), importante empresa no município de São João, e presente em outros municípios do Sudoeste, Centro-Sul paranaense e Oeste catarinense.

Outras cooperativas atuam no Sudoeste, como a COAMO, COOPERALFA, COOPERTRADIÇÃO, COAGRO, e CAPEG. O desenvolvimento dessas empresas na mesorregião esteve relacionado com as diferentes fases do cooperativismo brasileiro, discutidas anteriormente.

Durante a década de 1990, houve elevação da inadimplência dos produtores associados, causadas por diferentes motivos, como frustrações de safra, quedas nos preços dos produtos, e falências. As cooperativas que adiantavam recursos a esses cooperados, muitas vezes acabavam assumindo as dívidas devido a inadimplência. Isso levou muitas empresas a falência durante o período de crise nos anos noventa. Outra característica do momento foram as dificuldades financeiras enfrentadas por pequenas e médias cooperativas, que eram obrigadas a fundir-se com outras instituições, vender ou alugar sua estrutura. Ao mesmo tempo, grandes cooperativas anexavam empresas privadas que estavam em dificuldades, e também as cooperativas menores.

No Sudoeste, a CAPEG (Cooperativa Agropecuária Guarany LTDA.), enfrentou sérias dificuldades financeiras no final dos anos oitenta, e na década seguinte. A cooperativa foi obrigada a vender e alugar parte de sua estrutura para outras empresas, nos anos noventa, e se concentrar apenas no setor de leite. Dentre as negociações realizadas, uma foi com a COAMO (Cooperativa Agroindustrial Mourãoense), que expandiu sua área de atuação para o Sudoeste com a aquisição da estrutura de armazenagem da CAPEG em Coronel Vivida.

O crescimento de cooperativas como a COAMO, já havia sido investigado por Delgado (1985), quando se referia as “multicooperativas”. No período de crise, essas instituições passam por crescimento, principalmente pela compra, ou fusão com outras que estavam em dificuldades. Algo semelhante ocorreu com a expansão das COOPERALFA na região (Cooperativa Agroindustrial Alfa), que se instalou no município de Flor da Serra do Sul, a partir da aquisição da estrutura de outra cooperativa (COOPER SÃO MIGUEL) no final dos anos noventa.

Em relação ao período de crescimento após 2000, as novas políticas, incentivos fiscais e de financiamento, abriram espaço para o surgimento de pequenas e médias empresas cooperativas. Um exemplo, é o caso da COOPERTRADIÇÃO (Cooperativa Agrícola Tradição), que foi fundada em 2003, em Pato Branco e se expandiu a partir das novas linhas de financiamento do governo. É a partir do PRODECOOP que essa cooperativa se expande construindo unidades de armazenamento e beneficiamento da produção, e que hoje é uma importante instituição no Sudoeste paranaense.

Recentemente a COASUL (Cooperativa Agroindustrial Sudoeste Ltda.), passou por um processo de expansão, com a construção um abatedouro de aves, em São João, que esteve atrelado as novas políticas de financiamento para infra-estrutura e agroindustrialização.

Assim, as fases do cooperativismo têm influenciado no desenvolvimento dessas empresas no Sudoeste, que expandem ou retraem de acordo com a disponibilidade de recursos, a partir das políticas de incentivos fiscais, de melhoria em infra-estrutura, e etc.

As cooperativas como reprodutoras e agentes do crédito no Sudoeste do Paraná

As cooperativas agropecuárias no Sudoeste do Paraná trabalham com o crédito rural de duas formas: como reprodutoras e como agente do crédito. Reprodutoras porque ao fazer uso das políticas do Crédito Rural para financiamento dos cooperados, ou para si próprias, estão reproduzindo uma política de maior abrangência. Como exemplo, há a orientação aos associados para financiamento junto ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

A outra forma é a atuação das cooperativas como agentes do crédito, estando inseridas as ações particulares dessas empresas para obter e adiantar recursos aos cooperados para investimento, custeio, e comercialização de safra. Muitas vezes, ocorre o

adiantamento em insumos, uma operação chamada de “contrato de permuta” ou de “contrato de troca”. A cooperativa fornece todos os insumos e produtos necessários para que o produtor possa produzir, e na colheita, este paga os valores à cooperativa, ou, entrega a produção que automaticamente é descontada de sua dívida.

Podemos perceber nessa relação, a ação da cooperativa como agente do crédito, pois ela desenvolve e atua no processo de financiamento dos produtores, adiantando recursos próprios. Esse tipo de financiamento é muito comum entre as cooperativas, e o nível de inadimplência é muito baixo, pois o pagamento da dívida do produtor se dá pela comercialização da sua produção com a empresa. O fato de muitas cooperativas na região possuírem estrutura para o adiantamento de insumos (possuindo loja de comercialização de insumos) facilita esse tipo financiamento.

Este tipo de operação cresceu significativamente na década de 1990, em decorrência da crise do crédito oficial, o que levou a busca de alternativas. Nos anos recentes continuam sendo muito utilizadas, mas num contexto de novas possibilidades de financiamento tanto para o produtor quanto para a cooperativa. Atualmente há na região um padrão de financiamento bem diferente do que décadas anteriores. O contexto permite à cooperativa ter a opção de fazer ou não o financiamento junto ao mercado, para evitar o risco de inadimplência dos associados. Com as diferentes possibilidades de financiamento rural disponíveis atualmente, as cooperativas estão investindo numa espécie de parceria com os bancos (privados e públicos) e cooperativas de crédito, a fim de possibilitar o financiamento do associado junto a estas instituições. Há incentivos para que os associados se utilizem das linhas de financiamentos propostas pela política de crédito rural do governo, ou de cooperativas de crédito, passando para estes agentes a responsabilidades de financiamento, e também os riscos.

Assim, a Cédula do Produtor Rural (CPR), um dos principais mecanismos para captar recursos no mercado financeiro durante a década de 1990 por empresas e cooperativas, tem sido pouco

utilizada nos últimos anos. Esse tipo de operação é muito arriscada para a cooperativa, uma vez que esta busca recursos no mercado financeiro para repasse ao cooperado. Caso haja inadimplência, a empresa tem de assumir a dívida. Além disto, a cooperativa ao executar o contrato, acaba, tomando alguns bens do associado, dados como garantia. Assim, para manter a boa relação entre a cooperativa e os associados, e para garantir a saúde financeira das associações, esse tipo de financiamento via CPR, esta sendo pouco utilizado pelas cooperativas do Sudoeste.

As cooperativas preferem encaminhar e orientar o cooperado para custear sua safra, junto ao Banco do Brasil, ou CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidário), do que desenvolver uma linha de financiamento específica para o cooperado.

A CRESOL (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidário) é uma das principais instituições da região para o financiamento agrícola, especialmente aos pequenos produtores via PRONAF. Ela possui um corpo de técnicos que prestam assistência aos produtores, tanto no que se refere aos aspectos produtivos, quanto relativos aos contratos dos financiamentos. Assim, há a instrução dos associados das cooperativas agropecuárias para que façam o financiamento junto a CRESOL, fazendo uso das linhas de financiamento dessa instituição.

As cooperativas de crédito, que auxiliam o produtor cooperado a adquirir financiamento para custear sua produção, cresceram significativamente na região. Muitas vezes o produtor é associado tanto da cooperativa agrícola, como de crédito. Ao mesmo tempo em que a cooperativa de crédito é importante para o financiamento da produção desse agricultor, a cooperativa agrícola é fundamental para a comercialização (tanto na venda dos insumos, como na compra da produção), o que faz dessa relação algo muito vantajoso para as três partes envolvidas.

Outra relação é a estratégia corresponde à criação de cooperativas de crédito ligadas à cooperativa agropecuária, como é o caso da CREDICOAMO com a COAMO, e a CREDIALFA com

a COOPERALFA. Estas cooperativas são diferentes, cada uma com seus associados, funcionários, diretoria, e etc., no entanto, possuem uma relação íntima, na qual as cooperativas agrícolas buscam incentivar seus associados a serem também destas cooperativas de crédito.

Por exemplo, a CREDICOAMO é uma cooperativa parceira da COAMO, a qual atua como se fosse um banco normal, com financiamentos, empréstimos, seguros, poupança entre outros. Realizando estas outras funções, ela se torna atrativa aos associados da COAMO. Cerca de 80% dos associados da COAMO, também são associados da CREDICOAMO. O mesmo acontece entre CREDIALFA e COOPERALFA.

Considerações finais

A retomada do crescimento do setor cooperativo, apoiado pelo aumento dos recursos de crédito agrícola, e pelas políticas de investimento e incentivos, tem orientado o desenvolvimento das cooperativas e das relações de financiamento no Sudoeste do Paraná. Nos últimos anos podemos perceber que o seu desenvolvimento relacionou-se às fases do cooperativismo brasileiro. Em cada fase, há diferentes características, e a que mais tem sido determinante para o cooperativismo é a disponibilidade do crédito. Por isso, é fundamental o estudo desse fator para a compreensão da evolução do cooperativismo nos últimos anos.

Além da política de financiamento, há incentivos fiscais, de comercialização, de exportação, a melhora dos preços dos produtos, e outras vantagens para o setor.

No Sudoeste do Paraná, é visível a influencia dos ciclos sobre a dinâmica do cooperativismo na região, desde sua evolução, até as formas de financiamento praticadas pelas empresas. A presença de várias cooperativas na região foi fundamental para a continuidade dos financiamentos no momento da crise de crédito da década de 1990. As cooperativas aumentaram repasses de seus recursos aos associados, recorrendo inclusive ao mercado de

MEDEIROS, M.C. & PADILHA, W. Os ciclos de desenvolvimento do...

futuros via CPR. No entanto, as menores cooperativas não conseguiram se manter da mesma maneira que as maiores como COAMO e COOPERALFA, tendo que vender parte de seus ativos, em outros casos serem incorporadas, ou mesmo encerrar suas atividades.

Assim inicia-se um processo de concentração de capital no setor cooperativo, que culmina com o RECOOP, programa do governo federal para a recapitalização das cooperativas. Este tinha como uma de suas diretrizes, que as cooperativas em piores condições financeiras passassem por processo de fusão ou incorporação a outra cooperativa em melhores condições.

A partir de 2003 surgem novos programas de incentivo ao cooperativismo como o PRODECOOP, bem como ampliação dos recursos do crédito rural em geral, o que possibilita novo período de crescimento tanto para os produtores quanto para as cooperativas. Neste momento tanto as grandes cooperativas, quanto as menores, que surgiram recentemente, encontram meios para investimento e expansão.

Referências bibliográficas

ALVES, André Gustavo de M. P. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE – Histórico, Situação Atual e Perspectivas**. Diretoria de Planejamento, BRDE. Novembro/2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Brasília: BACEN, vários anos.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural**.

BELIK, Walter. PAULILLO, Luiz Fernando. **Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira**. São Paulo, 2001.

MEDEIROS, M.C. & PADILHA, W. Os ciclos de desenvolvimento do...

BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. 5 ed. Porto Alegre: FEE, 1982.

DELGADO, Guilherme da C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.

FILHO, Miguel H. da Cunha; PINHEIRO, José César V. **Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro**. Texto publicado pela SOBER, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/10P467.pdf> Acesso em: junho de 2011.

GASQUES, José G. CONCEIÇÃO, Júnia (Orgs.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

GIMENES, Régio M. T.; et all. **Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais**. XLVI SOBER, de 20 a 23/07 de 2008, Rio Branco – Acre. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/855.pdf>

GONÇALVES, José Sidnei; VEGRO, Celso Luis R. **Crise econômica e cooperativismo agrícola: Uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC)**. Agricultura em São Paulo, SP, 41(2): 57-87, 1994.

GONZALEZ, B.; COSTA, S. **Agricultura brasileira: modernização e desempenho**. Teoria e evidência econômica, vol.5, n.10, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1996.

MEDEIROS, M.C. & PADILHA, W. Os ciclos de desenvolvimento do...
IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2011.

MAMIGONIAN, Armen. Kondrattieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço. In: **GEOSUL**, vol, 14, nº 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.

NINAUT, Evandro Scheidt; MATOS, Marcos Antonio. **Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento**. Informações Econômicas, SP, v.38, n.8, ago. 2008.

OCB – **Organização das Cooperativas Brasileiras** (2010).

OCEPAR – **Organização das Cooperativas do Estado do Paraná** (2010).

STN – **Secretária do Tesouro Nacional**. Relatório de Atividades do Tesouro Nacional (1998 a 2003).

RANGEL, Ignácio. **Ciclo Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RANGEL, Ignácio. **Economia Milagre e Anti-Milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas. Vol. 1 e 2**. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

Recebido em abril de 2014
Aceito em novembro de 2014